



Simulado Final

Câmara Dos Deputados

Técnico Legislativo

Policial Legislativo Federal

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso *Câmara dos Deputados*, cargo de *Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal*;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/L17DVz2zKRx2Kyn96>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE	101 - CE	121 - CE	141 - CE	161 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE	102 - CE	122 - CE	142 - CE	162 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE	103 - CE	123 - CE	143 - CE	163 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE	104 - CE	124 - CE	144 - CE	164 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE	105 - CE	125 - CE	145 - CE	165 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE	106 - CE	126 - CE	146 - CE	166 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE	107 - CE	127 - CE	147 - CE	167 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE	108 - CE	128 - CE	148 - CE	168 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE	109 - CE	129 - CE	149 - CE	169 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE	110 - CE	130 - CE	150 - CE	170 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE	111 - CE	131 - CE	151 - CE	171 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE	112 - CE	132 - CE	152 - CE	172 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE	113 - CE	133 - CE	153 - CE	173 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE	114 - CE	134 - CE	154 - CE	174 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE	115 - CE	135 - CE	155 - CE	175 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE	116 - CE	136 - CE	156 - CE	176 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE	117 - CE	137 - CE	157 - CE	177 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE	118 - CE	138 - CE	158 - CE	178 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE	119 - CE	139 - CE	159 - CE	179 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE	120 - CE	140 - CE	160 - CE	180 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/47SI9UE>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01**

A fotografia não tem cor política, mesmo que a tenha o fotógrafo; e se há cenas posadas, ou maliciosas, que mal desvendam uma parte da verdade, ou a falsificam, o processo não se desvirtua pelo mau uso, e continuará superior ao testemunho escrito que, ainda produzido de boa fé, está na dependência do maior ou menor domínio do indivíduo sobre as palavras; quem melhor as agencia terá sorte de ser mais acreditado, em detrimento dos simples. Ao passo que, no testemunho fotográfico, o operador se omite, e dá a um objeto destituído de amor ou ressentimento a incumbência de ver e falar por ele.

O fotógrafo moderno, se ainda não o sentiu, precisa capacitar-se desse papel que o tempo lhe reservou. A noção dos riscos, ele por certo já a tem, à custa de ser pisado e esbordado em todo episódio de comoção popular, cuja cobertura lhe seja ordenada. A polícia, como ninguém, sabe o valor de seu testemunho, e de saída lhe quebra a máquina, quando não lhe quebra os ossos. Ele carece de ter astúcia bastante para omitir-se estando presente, para esconder seu filme ou passá-lo adiante, trabalhando como numa rede de espionagem, exposto ao pior e preocupado mais em salvar sua documentação do que sua integridade física. Isso explica porque alguns deles podem tornar-se odiosos no contato com pessoas inofensivas, a quem procuram surpreender em flagrantes indiscretos ou ridículos: habituaram-se a dissimular diante da força, e não perdem o hábito.

No século 19, ao nascer, a fotografia foi sobretudo um elemento de satisfação burguesa, pela série de retratos de donas repolhudas e cavalheiros circunspectos que se recolhiam em álbuns de família. No começo deste século, tornou-se lírica, e foi fixar os namorados no jardim público, docemente enlaçados à beira do lago com cisnes. Numa e noutra fase, era contemplativa, estática. Hoje, é social e dinâmica, vai à rua em perseguição do fato, e não dos seus despojos: colhe o suicida no seu pulo do 20º andar, registra a miséria, o desemprego, o atropelamento, o jogo clandestino, o gol da vitória e mil

fatos, ou circunstâncias de fatos, que de outro modo desapareceriam sem imagem ou seriam objeto de contínua divergência no plano das sensações, sem possibilidade de exame crítico. E percebe-se que muitos atos de violência ou injustiça já não podem permanecer impunes: há um fotógrafo que, profissionalmente, os denuncia.

(Fonte: Carlos Drummond de Andrade. **Portal da Crônica Brasileira**. Disponível em: cronicabrasileira.org.br. Adaptado)

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, o testemunho fotográfico se sobrepõe ao escrito porque, neste último, a capacidade do indivíduo de manusear bem as palavras pode conferir maior credibilidade à sua versão dos fatos.
2. Deduz-se da leitura do texto que a fotografia atuou como precursora do hábito burguês de colecionar retratos, estabelecendo-os como instrumentos de autorrepresentação e memória familiar que espelhavam os valores e a estética dessa classe.
3. O vocábulo “esbordado” (segundo período do segundo parágrafo) poderia ser substituído, sem comprometimento da coerência das ideias do texto, por **espancado**.
4. No segmento “ou a falsificam” (primeiro período do texto), a forma pronominal “a” retoma “fotografia”.
5. No trecho “que, profissionalmente, os denuncia” (último período do texto), a ocorrência da próclise pronominal é obrigatória.
6. A correção gramatical do texto seria mantida caso a forma verbal “recolhiam” (primeiro período do terceiro parágrafo) fosse flexionada no singular — **recolhia**.

7. No segundo período do segundo parágrafo, a forma pronominal “cuja” é um elemento de coesão textual que tanto se refere a um antecedente quanto estabelece a conexão entre orações.
8. No segundo período do segundo parágrafo, o emprego do acento indicativo de crase em “à custa de ser pisado” justifica-se pela regência do termo “riscos” e pela presença de artigo definido antes de “custa”.
9. A expressão “pelo mau uso” (primeiro período do texto) funciona sintaticamente como adjunto adverbial de modo.
10. Os vocábulos “astúcia”, “indivíduo”, “contínua” e “série” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

TEXTO 02

Dia para celebrar a história, a arte e a ciência da fotografia

O dia 19 de agosto de 1839, Dia Mundial da Fotografia, foi a data em que foi apresentada à humanidade uma nova forma de percebermos o mundo através de uma técnica de capturar e fixar uma imagem do nosso cotidiano. Registrar e eternizar momentos.

No passado, o olhar fotográfico exigia um conhecimento para operar equipamentos através de processos complexos para o registro de uma imagem. As primeiras fotografias, devido às limitações do processo metodológico, capturavam cenas estáticas e planejadas. As longas exposições necessárias significavam que os elementos a serem registrados tinham que ficar parados, o que de certa forma influenciou a maneira como as pessoas viam a fotografia — como um registro formal e solene do momento.

Com o passar dos anos, a evolução do nosso olhar também se transformou pela facilidade de captura da imagem, passamos de uma apreciação contemplativa e

cuidadosa para uma experiência imediata da construção de uma imagem, isso devido à popularização das câmeras digitais e dos smartphones, praticamente qualquer pessoa pode se tornar um fotógrafo. Desse modo, democratizou-se o olhar fotográfico, transformando a fotografia em uma linguagem universal e diversificada, na qual diferentes perspectivas são representadas, sendo tanto uma forma de arte quanto uma ferramenta de documentação. Assim, a fotografia tornou-se mais dinâmica, o que permitiu a captura de momentos espontâneos e naturais, mudando o olhar das pessoas para valorizar o cotidiano e o inesperado.

A fotografia não é apenas nostalgia. É sempre compartilhada entre dois desejos opostos e complementares: um visa parar a passagem do tempo e congelar a representação, o outro antecipa e acompanha o movimento do mundo. O primeiro é a melancolia; o segundo, a felicidade.

(Fonte: Raquel Aviani. **UnB Notícias**. Disponível em: noticias.unb.br. Adaptado)

11. Segundo o texto, a democratização do olhar fotográfico resultou na transformação da fotografia em uma linguagem que abrange diferentes perspectivas e desempenha tanto função artística quanto documental.
12. Infere-se do texto que a natureza contemplativa do olhar fotográfico foi suplantada pela lógica imediatista das tecnologias digitais móveis.
13. No primeiro período do primeiro parágrafo, o sujeito de referência da forma verbal “foi apresentada” é “a data”.
14. No primeiro período do primeiro parágrafo, a flexão da forma verbal “percebermos” na primeira pessoa do plural expressa um tipo de concordância ideológica, em que essa forma verbal concorda com um elemento implícito, no qual se inclui a própria autora do texto.

15. Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do Texto 02 caso se substituísse a palavra “Desse modo” (segundo período do terceiro parágrafo) por **Por conseguinte**.

16. Nos trechos “o olhar fotográfico” (primeiro período do segundo parágrafo) e “Com o passar dos anos” (primeiro período do terceiro parágrafo), os vocábulos “olhar” e “passar” são verbos não conjugados, sem indicação de seu tempo ou modo.

17. No primeiro período do primeiro parágrafo, as expressões “19 de agosto de 1839” e “Dia Mundial da Fotografia” desempenham função sintática de aposto.

TEXTO 03

Inventada na primeira metade do século XIX, a fotografia revolucionou a memória coletiva: graças às máquinas, surgiu a possibilidade de criar um suporte objetivo para as recordações. Os fotógrafos de estúdio se multiplicaram e começaram a abastecer as residências das famílias prósperas com retratos em poses solenes.

“A fotografia aos poucos se inseriu na vida cotidiana, construindo narrativas visuais, como os álbuns de família”, observa a historiadora Solange Ferraz de Lima, diretora do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP-USP). “Ao registrar os ritos familiares (batizados, casamentos e formaturas) e os momentos de ruptura (nascimentos, funerais e separações), tais narrativas reforçavam as identidades pessoais e os laços comunitários e davam aos indivíduos a consciência das mudanças trazidas pelo tempo.”

A difusão da fotografia entrou em nova fase a partir de 1888, quando o norte-americano George Eastman lançou um aparelho mais barato e de fácil manuseio: a câmera Kodak. Com ela, as pessoas podiam produzir suas próprias imagens sem recorrer a profissionais. Nessa mesma época, as viagens turísticas – anteriormente um privilégio de poucos – estavam se tornando acessíveis às demais classes sociais devido ao surgimento de novos meios de

transporte (navios a vapor, trens, automóveis) e da concessão de férias remuneradas aos assalariados.

O fundador da Kodak percebeu que existia aí um grande mercado para as câmeras portáteis e investiu pesadamente em campanhas publicitárias para convencer o público de que férias não fotografadas eram férias desperdiçadas. Graças à fotografia, cada família podia agora ostentar seu status de turista.

(Fonte: Maurício Puls. **Revista Fapesp**. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br. Adaptado)

Sobre o texto precedente, julgue os itens a seguir.

18. Conclui-se da leitura do texto que o lançamento da câmera Kodak rompeu o monopólio dos fotógrafos profissionais.

19. Predomina, no primeiro parágrafo do Texto 03, a tipologia textual narrativa.

20. O vocábulo “aí” (primeiro período do último parágrafo) refere-se ao cenário em que novos meios de transporte e férias pagas tornaram as viagens turísticas acessíveis a diferentes classes sociais.

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo*

Daily satellite observations have revealed a continued nighttime brightening globally due to artificial lighting, with important regional variations including a surge in sub-Saharan Africa and Southeast Asia alongside a deliberate dimming in Europe driven by concerns over energy conservation and light pollution.

Researchers documented a 16% net increase in global nighttime light from 2014 to 2022, but showed it was not a steady brightening but rather a patchwork of increasing and decreasing regional brightness shaped by numerous factors. The United States in 2022 had by far the highest total luminosity of any country, followed by China, India, Canada and Brazil.

Brightening was found to be propelled mainly by rapid urbanization, infrastructure expansion and rural electrification.

Dimming, however, had two very different drivers. Abrupt dimming was usually caused by natural disasters, power grid failures and armed conflicts. Gradual dimming was often deliberate, guided by government regulations, transitions to energy-efficient LED lights and efforts to cut light pollution.

The researchers used more than a million daily images obtained by a U.S. government Earth-observation satellite and processed by NASA. Previous global studies relied mostly on annual or monthly composite satellite images.

The most dramatic brightening occurred in emerging economies, particularly in sub-Saharan Africa and Southeast Asia. It was led by Somalia, Burundi and Cambodia, followed by several African nations including Ghana, Guinea and Rwanda.

Massive light loss occurred in countries such as Lebanon, Ukraine, Yemen and Afghanistan, where light was a casualty of armed conflict and infrastructure collapse. Similar declines were observed in Haiti and Venezuela, where dimming was more closely associated with prolonged economic crises and unreliable energy supply.

Europe experienced a 4% net decrease in nighttime light radiance, largely due to technological advances and environmental policies.

The United States registered a 6% net light increase during the study period.

Large-scale illumination began with gaslights in cities in the early 19th century, followed by electric lights later that century – and a relentless increase since. Cities and towns glow at night, obscuring most of the stars that once shone above.

Adaptado de reuters.com.

- 21.** The main purpose of the text is to advocate for stricter international regulations against light pollution in urban areas.
- 22.** The text presents two types of dimming with distinct causes. The difference between them is that abrupt dimming results from urban planning failures, whereas gradual dimming stems from economic inequality.
- 23.** According to the text, the global brightening documented in the research was described as “a patchwork of increasing and decreasing regional brightness”. The term “patchwork” is used to convey the idea of fragmentation.
- 24.** In the sentence about the brightening of nighttime telling the light was “propelled mainly by rapid urbanization, infrastructure expansion and rural electrification”, the word “propelled” expresses the idea that these factors drove and intensified the brightening.
- 25.** “The researchers used more than a million daily images obtained by a U.S. government Earth-observation satellite and processed by NASA. Previous global studies relied mostly on annual or monthly composite satellite images”. These two sentences establish a relationship of contrast and methodological advancement.

26. According to the text, the countries that experienced the most dramatic increase in nighttime brightness were primarily located in Eastern Europe and Central Asia.

27. “Massive light loss occurred in countries such as Lebanon, Ukraine, Yemen and Afghanistan, where light was a casualty of armed conflict and infrastructure collapse”. In this excerpt, the expression “light was a casualty” suggests that light loss in these countries was a planned strategy adopted by governments to save energy.

28. The dimming observed in Haiti and Venezuela differed from that in Lebanon and Ukraine because it was more closely linked to armed conflicts and foreign invasions.

29. The pronoun “It” in “It was led by Somalia, Burundi and Cambodia” refers to the most dramatic brightening in emerging economies.

30. The overall tone of the text can best be described as alarming and prescriptive.

RACIOCÍNIO LÓGICO E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

No simpático bairro de Curicica, no Rio de Janeiro, há uma linda creche chamada SAPATINHO DE CRYSTAL. Nessa creche há 150 crianças, e, na hora do almoço são oferecidas sobremesas de pera e de maçã. A diretora Minalba observou que 15 crianças dessa creche não gostam de nenhuma das duas sobremesas e 90 gostam da sobremesa de pera e 72 gostam de sobremesa de maçã.

Diante do exposto, julgue os itens 31, 32 e 33.

31. O número de crianças que gosta somente de uma das sobremesas é superior a 100.

32. Foram escolhidas duas crianças aleatoriamente dentre aqueles que gostam SOMENTE de sobremesa de maçã. O número de maneiras que a escolha pode ser feita é superior a 1.000.

33. Escolhendo-se uma criança aleatoriamente, a probabilidade de ela gostar SOMENTE de sobremesa de PERA é superior a 40%.

Em um estudo realizado na Câmara dos Deputados sobre o tempo (em dias) de conclusão de processos administrativos, foi elaborado o seguinte quadro resumido:

Classe (dias)	Frequência
0 a 10	12
10 a 20	28
20 a 30	40
30 a 40	15
40 a 50	5

Diante do exposto, julgue os itens 34 e 35

34. Considerando os dados agrupados, o valor da mediana é igual a 25.

35. Considerando os dados agrupados, o valor da MÉDIA ARITMÉTICA é superior a 22.

O enunciado a seguir, refere-se aos itens 36, 37 e 38.

Mônica, uma policial legislativa, realizou uma pesquisa, entre os deputados, sobre hábitos de beber sucos de 300 deputados, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de limão;
- 100 gostam de cajá;
- 80 gostam de morango;
- 50 gostam de limão e cajá;
- 40 gostam de limão e morango;
- 30 gostam de cajá e morango;
- 20 gostam dos três.

36. O número de deputados que não gostam de nenhum dos sucos listados acima é superior a 100:

37. Mônica escolheu aleatoriamente quatro deputados dentre que gostam SOMENTE de limão e cajá. Desse modo, Mônica possui mais de 27.000 maneiras de fazer a escolha.

38. Se Mônica escolher aleatoriamente um deputado, a probabilidade de que ele goste de suco de limão e morango OU cajá e morango é igual a $1/5$.

Utilize o texto abaixo para resolver as questões 39 e 40.

P1: Se Carlos não é alegre, então Genilda samba.

P2: Se Carlos é alegre, então Juvenal não é festeiro.

P3: Juvenal é festeiro.

39. A conclusão do argumento acima é “Carlos não é alegre e Genilda samba”

40. A negação da proposição P1 é “Carlos é alegre e Genilda não samba”

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

41. Durante a vigência de estado de defesa, admite-se a excepcional restrição a determinados direitos, tais como a liberdade de reunião, o sigilo das comunicações e a inviolabilidade de domicílio.

42. Embora a instauração de comissão parlamentar de inquérito (CPI) configure um direito da minoria parlamentar, o STF considera constitucional a previsão regimental que limita o número de comissões que podem ser instaladas simultaneamente.

43. CPI instaurada no âmbito da Câmara dos Deputados não possui poder de convocar para prestar depoimento, na qualidade de testemunhas, autoridades municipais.

44. Não se admite a edição de medida provisória para dispor sobre normas relativas à instauração de inquérito policial.

45. O STF considera que a exigência constitucional de que as propostas de emenda à Constituição sejam aprovadas em dois turnos implica, por implicitude, a exigência de intervalo mínimo entre essas duas votações.

46. O habeas corpus é medida idônea para impugnar decisão judicial que autoriza a quebra de sigilos fiscal e bancário em procedimento criminal.

47. A imunidade material parlamentar por opiniões, palavras e votos configura excludente da responsabilidade civil objetiva do Estado, afastando qualquer pretensão indenizatória em face do ente público por opiniões, palavras e votos cobertos por essa garantia.

48. Dada a cláusula de exclusividade das funções de polícia judiciária da União pela Polícia Federal, nenhuma outra autoridade pode realizar investigações criminais na esfera federal.

49. Não cabe habeas corpus contra punições disciplinares militares.

50. A Constituição Federal foi recentemente emendada, a fim de permitir a acumulação remunerada de cargo de professor com qualquer outro cargo ou emprego público, desde que haja compatibilidade de horários.

LEGISLAÇÃO INTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

André Alencar

51. Não se considera recondução a eleição para outro cargo da Mesa na mesma legislatura, sendo assim, o 1º Vice-Presidente eleito para o biênio 23/24 poderá se eleger Presidente da Câmara no biênio 25/26

52. A Ouvidoria Parlamentar, órgão vinculado à Mesa, tem competência para receber denúncias contra Deputados por quebra de decoro parlamentar e instaurar o processo de cassação de mandato, encaminhando-o diretamente ao Conselho de Ética

53. Numa sessão solene em homenagem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos trabalhadores convidados para a sessão, aproveitou a solenidade para proferir discurso político-partidário de ataque à oposição. Nessa situação, o Presidente poderá cassar-lhe a palavra

54. O Presidente da Câmara convocou sessão extraordinária para segunda-feira às 14 horas. Tal convocação é nula, pois o Regimento Interno reserva o horário das 14 horas, de segunda a sexta-

feira, exclusivamente para sessões ordinárias ou de debates, não podendo haver sessão extraordinária coincidente com esses horários pré-fixados.

55. O suplente de deputado convocado em caráter de substituição está impedido de ser escolhido para o cargo de Presidente de Comissão, mas pode ocupar o cargo de Vice-Presidente.

56. Se um Deputado cometer delito no âmbito da Casa, o inquérito será presidido pelo Corregedor ou Corregedor Substituto.

57. A execução da segurança de quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço da Câmara dos Deputados, em qualquer localidade do território nacional e no exterior, é uma atividade típica do Departamento de Polícia Legislativa Federal (DEPOL) que independe de autorização superior, ocorrendo de forma automática em razão da função

58. O peticionamento no juízo competente para a solicitação de quebras de sigilo fiscal, bancário e telemático constitui uma atividade típica da Polícia Legislativa Federal, no entanto, essa atribuição não pode ser exercida por qualquer policial legislativo, sendo exigido, entre outros requisitos, que o servidor seja bacharel em Direito e comprove três anos de atividade jurídica ou policial

59. Se um Policial Civil de determinado Estado comparecer às dependências da Câmara dos Deputados portando sua arma de fogo institucional, a competência para controlar, fiscalizar e acautelar essa arma durante o ingresso do visitante é da Delegacia de Polícia Legislativa Federal (Deleg)

60. Caso seja produzido um documento pelo Departamento de Polícia Legislativa Federal contendo dados sensíveis de inteligência, o Diretor da Polícia Legislativa Federal possui a atribuição normativa de classificar tal documento como reservado, ou mesmo solicitar um grau maior de classificação

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Considerando as regras aplicáveis às licitações e contratos da Lei 14.133/2021, analise as assertivas abaixo.

61. Em um contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração Pública responderá de forma solidária pelos encargos trabalhistas caso seja comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

62. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal celebrado com a Administração Pública, independentemente do valor ou da natureza da despesa, devendo todos os ajustes obrigatoriamente adotar a forma escrita.

63. A eficácia do contrato administrativo e de seus aditamentos é condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo ocorrer no prazo de 20 dias úteis no caso de licitação e 10 dias úteis no caso de contratação direta.

64. A sanção de impedimento de licitar e contratar aplicada por um Município impede que a empresa sancionada participe de certames e contrate com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes da Federação pelo prazo de até 3 anos.

65. Independentemente do prazo de duração do contrato, é obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço no edital, o qual deve ter sua data-base obrigatoriamente vinculada à data do orçamento estimado.

Considerando as regras aplicáveis à transparência pública e aos dados pessoais, analise as assertivas abaixo.

66. Subordinam-se ao regime da Lei de Acesso à Informação as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público, devendo a publicidade abranger a totalidade de suas atividades contábeis e administrativas.

67. As informações pessoais relativas à intimidade e à vida privada de agentes públicos, independentemente de estarem classificadas como sigilosas, terão seu acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, a contar da data de sua produção.

68. No procedimento de acesso à informação, se o órgão não puder conceder acesso imediato, ele deverá fazê-lo em prazo não superior a 20 dias, permitida a prorrogação por mais 10 dias mediante justificativa expressa.

69. O tratamento de dados pessoais poderá ser fundamentado no legítimo interesse do controlador para o apoio e promoção de suas atividades, desde que não prevaleçam direitos e liberdades fundamentais do titular.

70. O tratamento de dados pessoais de crianças deve ser realizado com o consentimento específico e em destaque, não necessitando do consentimento de ambos os pais, mas de apenas um deles, ou responsável legal.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

Acerca do assunto Técnica Orçamentária, julgue os itens que se seguem.

71. Valores de suprimento de fundos não aplicados e devolvidos dentro do mesmo exercício da concessão constituem anulação de despesa; se devolvidos após o encerramento do exercício, constituem receita orçamentária.

72. É permitida a concessão de suprimento de fundos a servidor que já seja responsável por dois suprimentos ativos, desde que o novo valor não ultrapasse o limite de pequeno vulto.

73. Os restos a pagar inscritos como não processados que não forem liquidados serão bloqueados pela STN em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvadas exceções como as despesas do Ministério da Saúde.

Acerca do assunto Empenho Orçamentário, julgue os itens que se seguem.

74. Embora o empenho seja obrigatório para a realização de qualquer despesa pública, a emissão do documento denominado Nota de Empenho pode ser dispensada em casos específicos previstos na legislação, como despesas com pessoal e sentenças judiciais.

75. Caso o valor empenhado se revele insuficiente para atender a um compromisso, a unidade emitente deve obrigatoriamente anular o empenho original e emitir um novo documento com o valor integral corrigido.

INFORMÁTICA E DADOS*Renato da Costa*

76. No ambiente de rede de uma Polícia Legislativa, foi implementado NAT no roteador de borda para permitir que diversas estações internas, com endereços IPv4 privados, acessem simultaneamente a internet utilizando um único endereço IPv4 público. Nesse caso, o mecanismo empregado é compatível com a tradução de endereços associada às portas de comunicação, razão pela qual o NAT, nessa situação, além de economizar endereços públicos, também dificulta o acesso direto iniciado da internet para as máquinas internas, salvo se houver configuração específica, como redirecionamento de portas.

77. No contexto de segurança da informação de uma Polícia Legislativa, caso um ransomware infecte uma estação de trabalho e criptografe arquivos locais e compartilhamentos de rede aos quais o usuário tenha permissão de acesso, a existência de antivírus instalado, por si só, não garante a prevenção do incidente.

78. Em uma VPN, o tunelamento substitui integralmente os mecanismos de criptografia, de modo que os dados trafegam de forma segura apenas pelo fato de estarem encapsulados entre os pontos de comunicação, ainda que não haja qualquer processo de cifragem ou autenticação.

79. A engenharia social é uma técnica exclusivamente baseada na exploração de falhas de software e vulnerabilidades do sistema operacional, não envolvendo manipulação psicológica, indução ao erro ou abuso da confiança do usuário.

- 80.** Em segurança da informação, endpoint é todo dispositivo final conectado à rede, como estações de trabalho, notebooks e servidores. Nesse contexto, o EDR é uma solução destinada ao monitoramento contínuo desses dispositivos, podendo detectar comportamentos suspeitos, registrar eventos e adotar medidas de resposta, como o isolamento da máquina comprometida.
- 81.** Nos sistemas de IA generativa, o Transformer é uma arquitetura de processamento de linguagem que analisa a relação entre as palavras de um texto para compreender melhor o contexto da entrada e produzir respostas coerentes.
- 82.** As redes MAN são projetadas para interligar dispositivos e redes em escala global, com abrangência entre países e continentes, enquanto as redes WAN se destinam, em regra, à cobertura de áreas limitadas ao espaço urbano de um município ou de uma região metropolitana.
- 83.** No contexto de Big Data, os chamados 5 Vs representam características comumente associadas a grandes volumes de dados, entre as quais se incluem volume, velocidade, variedade, veracidade e valor, utilizadas para descrever desafios relacionados à geração, ao tratamento e ao aproveitamento das informações.
- 84.** No aprendizado de máquina supervisionado, o modelo é treinado com exemplos previamente rotulados, isto é, com dados de entrada associados às respectivas saídas esperadas, de modo que possa aprender padrões e, posteriormente, realizar previsões sobre novos dados.
- 85.** Em bancos de dados relacionais, a chave primária tem como principal finalidade garantir a integridade referencial entre tabelas, permitindo que campos de uma tabela apontem diretamente para registros equivalentes em outra tabela, inclusive com repetição de valores e aceitação de nulos, quando necessário.
- 86.** O protocolo SMTP é utilizado, em regra, para o recebimento de mensagens pelo cliente de e-mail, enquanto os protocolos POP e IMAP são empregados principalmente para o envio de mensagens ao servidor de correio eletrônico.
- 87.** Os sistemas operacionais iOS e Windows são exemplos de plataformas de código aberto, o que permite livre modificação de seu código-fonte pelos usuários, ao passo que o Android é um sistema operacional essencialmente proprietário, sem base em projeto aberto.
- 88.** Vishing é uma forma de golpe baseada em engenharia social na qual o atacante utiliza chamadas telefônicas ou recursos de voz para induzir a vítima a fornecer informações sensíveis, como senhas, códigos ou dados bancários, geralmente mediante falsa identidade ou senso de urgência.
- 89.** A assinatura digital tem por finalidade associar o signatário ao documento eletrônico e permitir a verificação de sua integridade, de modo que eventual alteração posterior no conteúdo assinado invalide a verificação da assinatura.
- 90.** No IPv6, o espaço de endereçamento é maior que o do IPv4, e os endereços possuem 128 bits, o que amplia significativamente a quantidade de combinações disponíveis para identificação de interfaces na rede.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

91. Julgue o item a seguir.

Após ser reiteradamente provocado por seu vizinho, João, tomado por intensa emoção, desfere golpes que levam a vítima a óbito imediatamente após nova provocação injusta. Nessa situação, a violenta emoção experimentada por João exclui a tipicidade da conduta, afastando a configuração do crime de homicídio.

92. De acordo com o código penal, julgue o item a seguir.

Carlos agride fisicamente Pedro, causando-lhe incapacidade para o trabalho habitual por 35 dias. Nessa hipótese, a conduta de Carlos configura lesão corporal de natureza grave, independentemente da existência de intenção específica de produzir resultado mais severo.

93. Maria subtraiu um aparelho celular de uma loja, sendo imediatamente abordada pelo segurança antes de sair do estabelecimento, sem que tenha conseguido exercer posse tranquila do bem. Nessa situação, não houve consumação do crime de furto, já que, segundo o entendimento do STJ, exige a posse mansa e pacífica do bem subtraído.

94. Durante abordagem em via pública, o agente, mediante ameaça exercida com o emprego de faca, subtraiu bens da vítima. Nessa situação, a grave ameaça constitui elemento do crime de roubo, sendo o aspecto que o diferencia do crime de furto.

95. A conduta de falsificar documento particular, ainda que sem causar prejuízo a terceiros, configura crime contra a fé pública, sendo desnecessária a ocorrência de dano efetivo para sua consumação.

96. De acordo com os crimes contra administração pública, julgue o item a seguir.

No crime de corrupção passiva, o recebimento efetivo da vantagem indevida é indispensável para a consumação do delito, sendo atípica a mera solicitação.

97. A culpabilidade, como elemento do crime, de acordo com a teoria normativa pura, é composta pela imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e pela exigibilidade de conduta diversa, sendo suficiente a ausência de qualquer desses elementos para afastar a responsabilidade penal.

98. Na hipótese de delito consistente em deixar de informar, alterar ou fornecer à Administração Pública dados cadastrais, de modo a comprometer a competitividade do certame licitatório ou prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, em contratações voltadas à elaboração de anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, bem como no âmbito do diálogo competitivo ou do procedimento de manifestação de interesse, caso a conduta seja praticada com a finalidade de obter vantagem, direta ou indireta, em benefício próprio ou de terceiros, a sanção prevista no caput deverá ser aplicada em dobro.

99. Configura-se o crime tentado quando o agente inicia a execução da conduta criminosa, mas o resultado não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade, hipótese em que, salvo disposição em contrário, a pena será reduzida de um a dois terços.

100. A imputabilidade penal é afastada quando o agente, em razão de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

101. Considerando os delitos contra a fé pública, analise o item a seguir:

De acordo com o Código Penal, o testamento particular possui natureza de documento particular, em razão do caráter pessoal das informações nele contidas.

102. No tocante aos crimes contra a saúde pública, analise o item a seguir:

Configura-se forma qualificada do delito de infração de medida sanitária preventiva quando o agente for servidor da área da saúde ou exercer profissão como médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

103. Considerando as normas relativas à aplicação da lei penal, analise a assertiva a seguir:

A lei penal mais benéfica retroage para alcançar fatos praticados antes de sua entrada em vigor, ainda que já exista sentença penal condenatória transitada em julgado.

104. De acordo com o Código Penal, não se admite a punição de alguém por conduta que, em momento posterior, deixa de ser considerada criminosa. Nessa perspectiva, a abolitio criminis extingue a execução da pena e afasta os efeitos penais, extrapenais, civis e administrativos decorrentes da condenação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

Texto-base para as questões 105 a 108

Situação hipotética: Durante uma sessão na Câmara dos Deputados, um visitante, insatisfeito com o discurso de um Deputado Federal, passa a proferir ofensas contra a honra do parlamentar em razão de suas funções, configurando, em tese, o crime de desacato (art. 331 do CP), cuja pena é de detenção de 6 meses a 2 anos ou multa. O Policial Legislativo Federal de plantão detém o autor do fato e o conduz para as providências cabíveis.

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir:

105. Tratando-se o crime de desacato de uma infração penal de menor potencial ofensivo, deverá ser providenciada a lavratura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), que deverá ser imediatamente encaminhado ao Juizado Especial Criminal competente, juntamente com o autor do fato e a vítima.

106. Caso a autoridade policial entenda pela necessidade de instauração de Inquérito Policial para apurar melhor o fato, e posteriormente conclua que o fato ocorrido não constituiu crime, poderá ela própria determinar o arquivamento dos autos, em homenagem ao princípio da celeridade.

107. Em se tratando de crime de ação penal pública condicionada à representação, o deputado vítima do crime deverá oferecer representação no prazo decadencial de 03 meses, a contar da ciência da autoria delitiva.

108. Por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa e com pena mínima inferior a 04 anos, será cabível o acordo de não persecução penal.

Texto-base para as questões 109 a 112

Situação hipotética: Determinado indivíduo é flagrado por Policiais Legislativos Federais, nas dependências da Câmara dos Deputados, subtraindo, mediante rompimento de obstáculo, diversos notebooks de última geração pertencentes ao patrimônio da União, avaliados em R\$ 100.000,00 no total, tendo sido imediatamente preso em flagrante pelo crime de furto qualificado, cuja pena é de reclusão de 2 a 8 anos e multa.

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir:

- 109.** No momento da lavratura do auto de prisão em flagrante, a autoridade policial poderá conceder fiança ao infrator, visto que a pena mínima cominada ao delito é inferior a 4 anos.
- 110.** O Juiz não poderá, de ofício, decretar a prisão preventiva do agente no curso do processo, ainda que constate que a liberdade do réu representa risco à ordem pública ou à instrução criminal.
- 111.** Caso o infrator possua filho de até 12 anos de idade incompletos, sob sua exclusiva responsabilidade, o juiz poderá, caso decretada a prisão preventiva, substituí-la pela prisão domiciliar, ainda que o infrator não esteja doente ou debilitado.
- 112.** O processo para apurar o crime praticado deverá seguir o rito sumário, pois a pena máxima cominada não ultrapassa 08 anos de privação da liberdade.

Texto-base para as questões 113 a 116

Situação hipotética: Um Policial Legislativo Federal, ao realizar o controle de acesso no prédio da Câmara dos Deputados, percebe que um indivíduo está tentando ingressar sem identificação. Ao ser advertido, o cidadão quebra uma das vidraças e

força a entrada no prédio, correndo, mas é alcançado pelo Policial Legislativo, que dá voz de prisão em flagrante ao infrator, pela prática do crime de dano qualificado. Ao realizar busca pessoal no detido, o policial encontra com ele uma arma de fogo com numeração raspada. O preso acaba confessando que entrou no local para matar um dos congressistas.

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir:

- 113.** A busca pessoal realizada pelo policial independe de mandado judicial, visto que realizada no caso de prisão em flagrante.
- 114.** No que tange à cadeia de custódia, deverá o policial legislativo preservar o local do crime, evitando que se altere o estado das coisas, sendo esta etapa chamada de “isolamento”, e que deve ser realizada após a fixação.
- 115.** Ainda que haja divergência entre os depoimentos dos Policiais Legislativos e a declaração do indivíduo preso em flagrante, não se admitirá acareação entre eles, já que os acusados ou investigados não podem ser submetidos a acareação, em homenagem ao princípio da vedação à autoincriminação.
- 116.** Como o crime praticado pelo cidadão deixou vestígios materiais, o exame de corpo de delito será indispensável, não podendo ser suprido pela confissão do acusado, mas o Juiz não ficará vinculado ao laudo pericial.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL*Antônio Pequeno*

A Lei nº 12.850/2013 é a que trata da Organização Criminosa. Diante do exposto, julgue os itens de nº 117 a 118, abaixo:

117. Um funcionário público que vier ser condenado e a decisão tenha transitado em julgado pelo crime de organização criminosa terá como efeito da condenação a perda do cargo de forma automática

118. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos

De acordo com a lei nº 11.343/2006 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item abaixo:

119. O crime de tráfico de tráfico de maquinários, previsto no art.34 da lei nº 11.343/2006, não é um crime hediondo e nem equiparado a hediondo.

120. Na Lei de Abuso de autoridade, dependendo do crime, a ação penal dependerá de representação do ofendido.

121. Na Lei de Abuso de autoridade todos os crimes exigem o dolo mais a finalidade específica de abusar, prejudicando outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro ou por mero capricho ou satisfação social.

De acordo com a Lei nº 9.296/1996, Lei de Interceptação Telefônica, julgue o item abaixo:

122. É possível a interceptação telefônica para crimes punidos com pena de detenção

123. De acordo com o Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), julgue o item abaixo:

A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.

124. De acordo com a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, julgue o item abaixo:

O crime de dirigir sem habilitação ou permissão para dirigir veículo automotor, previsto no art.309 do Código de Trânsito Brasileiro, é crime de perigo concreto.

125. De acordo com a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue o item a seguir com base em uma situação hipotética:

Um Policial abordou um indivíduo, em uma praça pública, e encontrou uma pistola de uso permitido, porém não tinha nenhuma munição com o armamento. Cabe ressaltar que a pessoa armada não tinha a autorização para portar arma de fogo. Nesse caso, a conduta do indivíduo não é crime, vez que a arma estava desmuniada.

126. De acordo com a Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária), julgue o item a seguir com base em uma situação hipotética:

Um indivíduo praticou o crime de terrorismo (Lei nº 13.260/2016), nesse caso pode ser decretada a prisão temporária pelo prazo de até 30 dias.

127. De acordo com a Lei nº 9.099/1995 (Juizado Especial Criminal), julgue o item a seguir com base em uma situação hipotética:

Romeu praticou o crime de desacato, conforme o art.331 do Código Penal, nessa situação é possível a transação penal, vez que é uma infração de menor potencial ofensivo.

128. De acordo com a Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (Apresentação e uso de documento de identificação pessoal), julgue o item abaixo com base na literalidade desse diploma legislativo

Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.

CRIMINOLOGIA

Paulo Bilynskyj

129. Sobre o conceito e método, a criminologia é definida como uma ciência exata e teórica, que utiliza o método dedutivo para analisar a norma penal e o comportamento humano.

130. A interdisciplinaridade da criminologia manifesta-se na capacidade desta ciência de dialogar com outras áreas do saber, como a biologia, a psicologia e a sociologia, para formar um quadro explicativo do fenômeno criminal.

131. O controle social formal é exercido por instituições como a família, a escola e a igreja, atuando de forma subsidiária ao controle social informal do Estado.

132. No que tange aos objetos da criminologia, o "delinquente" passou por uma evolução de visão: enquanto na Escola Clássica era visto como um ser atávico e doente, na Escola Positiva passou a ser compreendido como um indivíduo que faz uma escolha racional pelo crime.

133. A "vitimologia" estuda o papel da vítima no evento criminoso, sendo que o conceito de

"vitimização secundária" refere-se ao sofrimento causado pelo próprio autor do crime no momento da agressão.

134. A Criminologia e a Política Criminal possuem funções idênticas, ambas focadas exclusivamente na interpretação e aplicação das normas penais vigentes.

135. As teorias sociológicas do crime podem ser divididas em teorias de consenso (como a Escola de Chicago) e teorias de conflito (como a Criminologia Crítica).

136. A prevenção primária atua sobre as raízes do crime, focando em políticas públicas de longo prazo, como educação, saúde e moradia, destinadas a toda a população.

137. A prevenção secundária manifesta-se em programas de assistência e ressocialização destinados especificamente aos egressos do sistema prisional, visando evitar a reincidência.

138. A prevenção terciária opera quando o crime já ocorreu, incidindo sobre o sentenciado para que este não volte a delinquir, sendo essencialmente tardia em relação ao fenômeno criminal.

139. O modelo de reação ao crime conhecido como "Dissuasório" foca na punição rigorosa do infrator, acreditando que o temor da pena impede a prática de novos delitos pela coletividade.

140. O modelo restaurativo de justiça busca a punição exemplar do autor do fato, priorizando o castigo em detrimento da reparação do dano à vítima.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA*Juliana Sganzerla*

- 141.** Segundo a doutrina criminalística, o conteúdo de um laudo pericial é invariante com relação ao perito criminal que o produziu, o que significa que os resultados de uma perícia não devem variar conforme o examinador, desde que baseados em princípios científicos consolidados.
- 142.** Na perícia penal complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poderá ser designada a atuação de mais de um perito oficial, sendo facultado também à parte indicar mais de um assistente técnico.
- 143.** A perícia grafotécnica tem por finalidade estudar a autenticidade e a autoria de documentos, abrangendo tanto impressos em papel quanto mídias eletrônicas, ao passo que a perícia documentoscópica destina-se ao reconhecimento de escritos por meio da comparação de letra.
- 144.** A perícia *deducendi* difere da perícia *percipiendi* porque, enquanto esta consiste no exame realizado diretamente sobre o objeto ou fato que se pretende provar, aquela se caracteriza por ser uma análise sobre trabalho pericial anterior, deduzindo conclusões a partir de laudos já existentes. Ambas as modalidades, contudo, produzem prova de igual valor probante no processo penal, em razão da ausência de hierarquia entre os meios de prova.
- 145.** Segundo a doutrina criminalística, o local imediato corresponde à área de maior concentração de vestígios e onde o fato efetivamente ocorreu, enquanto o local mediato compreende as adjacências e vias de acesso. Ambos integram a classificação dos locais de crime quanto à área ou situação, sendo o local imediato sempre de natureza interna.
- 146.** As três primeiras finalidades do levantamento do local de crime são: a constatação da infração penal, verificando se houve ou não o delito; a qualificação da infração, definindo se é simples ou qualificada; e a identificação e culpabilidade, através da coleta de elementos que levem à identificação do autor. A análise da dinâmica do local, nesse contexto, subsidia o operador do direito na proposição das qualificadoras com maior segurança.
- 147.** A etapa de descarte, última da cadeia de custódia prevista no art. 158-B do CPP, refere-se à liberação do vestígio e deve sempre ocorrer mediante prévia autorização judicial, independentemente da natureza do material ou das circunstâncias do caso concreto.
- 148.** A etapa de fixação da cadeia de custódia exige a descrição detalhada do vestígio, sendo obrigatória a sua ilustração por meio de fotografias ou filmagens, sob pena de configuração de quebra da cadeia de custódia e consequente nulidade da prova.
- 149.** A etapa de recebimento, que consiste no ato de transferir o vestígio de um local para o outro utilizando as condições adequadas de temperatura e embalagem, deve ser formalmente documentada com informações que incluam, no mínimo, o número do procedimento, a unidade de polícia judiciária relacionada, o código de rastreamento e a assinatura de quem o recebeu.
- 150.** O acondicionamento caracteriza-se como o procedimento processual em que os vestígios coletados são embalados, preferencialmente de forma conjunta quando possuírem a mesma natureza física ou química, a fim de facilitar a posterior análise pericial, devendo constar a anotação da data, da hora e do nome de quem realizou a coleta.

151. Na terminologia técnica da Criminalística, "vestígio" é definido como o material bruto constatado ou recolhido no local do crime. A partir do momento em que esse material passa por análises periciais e tem a sua relação com o fato comprovada científica e tecnicamente, ele deixa de ser apenas um material bruto e passa a ser classificado como "evidência".

152. A classificação do local de crime quanto à área de situação subdivide o espaço em imediato, mediato e relacionado. O local classificado como "relacionado" caracteriza-se por ser a adjacência geográfica contígua ao ponto de maior concentração de vestígios, devendo ser considerado "inidôneo" caso sofra qualquer alteração ou contaminação em seu estado antes da chegada dos peritos criminais.

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Géssica Ehle

153. No que tange às gerações, ou dimensões, de direitos humanos, os direitos de primeira geração são marcados por exigirem uma prestação positiva do Estado (social e prestacionista), visando à igualdade material entre os indivíduos.

154. O princípio da universalidade dos direitos humanos implica que esses direitos são comuns a todos os seres humanos, independentemente de sua condição, sendo esse princípio absoluto e imune a relativismos culturais em qualquer circunstância.

155. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988 possuem aplicação imediata, conforme o texto constitucional.

156. Tratados internacionais de Direitos Humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, pelo rito ordinário, são equivalentes às emendas constitucionais.

157. De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, é vedada a reintrodução da pena de morte nos Estados que a tenham abolido.

158. O Pacto de São José da Costa Rica admite a prisão civil por dívida de forma ampla o que, diferentemente do que define a Constituição Federal de 1988, inclui as prisões do depositário infiel e do devedor de alimentos.

159. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos são os órgãos competentes para conhecer de assuntos relativos ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados partes na Convenção Americana, sendo a Comissão o órgão executivo da Organização dos Estados Americanos (OEA), composta por sete membros, limitando-se um nacional por Estado.

160. Pessoas físicas não podem apresentar petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contendo denúncias de violação da Convenção por um Estado Parte, sendo essa prerrogativa exclusiva de outros Estados.

161. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece, expressamente, que ninguém será preso, detido ou exilado, estendendo-se tal direito a toda pessoa humana.

162. Diferentemente do Pacto de São José da Costa Rica, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não prevê direitos de segunda geração, focando apenas em direitos de liberdade pessoal.

- 163.** Segundo a Lei nº 13.060/2014, o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada é considerado legítimo se houver fundada suspeita de que ela cometeu crime grave.
- 164.** De acordo com o Decreto n. 12.341/2024, a atuação dos órgãos de segurança pública deve priorizar o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, de modo que o emprego de arma de fogo será medida de último recurso.
- 165.** O Código de Conduta da ONU para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei estabelece, expressamente, que a força só pode ser usada quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do dever.
- 166.** De acordo com os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, Havana (1990), o uso de armas de fogo é permitido como medida preventiva para dispersar reuniões ilícitas, independentemente de haver ameaça iminente à vida.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Murilo Marques

- 167.** Conforme a doutrina da atividade de inteligência, fatos são objetos verificáveis, passíveis de descrição ou previsão. Assim, um fato é uma representação o mais objetiva possível da realidade externa ao observador que a tenta conhecer, podendo ser aferido por qualquer pessoa a partir de referências conceituais e métodos aferíveis e validados.
- 168.** A função precípua da atividade de inteligência é fazer frente à ameaça representada pela existência de ações de inteligência adversa, sejam elas patrocinadas por um Estado nacional estrangeiro ou por alguma entidade não-estatal.
- 169.** O elemento de operações de inteligência atua de forma sigilosa, com a missão de obter dados, informações e conhecimentos indisponíveis ou de neutralizar ameaças da inteligência adversa. A legislação brasileira prevê o emprego de operações de inteligência na obtenção de dados e na detecção, identificação, obstrução e neutralização de ações adversas. Nesse sentido, o planejamento e a execução operacional devem observar três regras: adequabilidade, imprescindibilidade e proporcionalidade.
- 170.** A contrainteligência preventiva é o segmento da contrainteligência que preconiza a adoção de medidas e procedimentos destinados a detectar ação adversa e identificar o agente, além de avaliar, obstruir e neutralizar a atuação da inteligência adversa.
- 171.** O funcionamento da contrainteligência pode ser esquematizado em um ciclo composto por seis fases caracterizadas pelas seguintes ações: acompanhar, orientar, detectar, avaliar, decidir e agir. Em princípio, esse ciclo tem como ponto inicial e final a mesma ação: acompanhar. É possível, porém, que seja iniciado em outras fases, dependendo dos estímulos recebidos pelo órgão ou pelo profissional de inteligência.
- 172.** Dentro do Elemento Análise, encontramos o que chamamos de aspectos teóricos, o qual preconiza que o conhecimento advém da combinação de três elementos, quais sejam: a realidade, a perspectiva do sujeito e a intersubjetividade. Nesses termos, podemos dizer que perspectiva do sujeito é originada na troca de enunciados ou impressões entre o sujeito e seus pares.

- 173.** A elaboração do conhecimento de inteligência consiste em: reunião, avaliação, integração, interpretação, formalização, validação e difusão de diferentes insumos de produção. Tais insumos podem ser de quatro tipos: dado, informação, conhecimento e conhecimento de inteligência.
- 174.** Quanto aos tipos de conhecimentos e sua denominação tradicional, eles podem ser: narrativo-descritivo (informe); interpretativo (apreciação); e interpretativo-prospectivo (estimativa).
- 175.** A atividade de inteligência, no âmbito estatal, desenvolve-se de maneira contínua e especializada, estruturando-se sobre duas funções essenciais: informar e executar. Enquanto a primeira se relaciona à produção de conhecimento estratégico e oportuno, a segunda se concretiza, sobretudo, por meio do Elemento de Operações, responsável direto pela materialização das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais. Nesse contexto, o Elemento de Operações representa a face prática da inteligência. É ele quem permite que a atividade deixe o campo abstrato da análise e se projete sobre o ambiente real, realizando ações destinadas a obter dados sensíveis, acessar locais restritos, acompanhar alvos e produzir efeitos concretos que auxiliem o processo decisório do Estado.
- 176.** A ação Operacional, é o conjunto planejado e coordenado de ações operacionais estruturadas para atender uma demanda do cliente.
- 177.** Há diversas formas de controlar a atividade de inteligência, dentre as quais há o chamado Controle Permanente do Parlamento, o qual é considerado o padrão nas democracias, sendo este o adotado no Brasil.
- 178.** O controle orçamentário da atividade de inteligência não pode ser considerado, como regra, uma forma de controlar ações de inteligência, haja vista não ter relação com as atividades operacionais de inteligência.
- 179.** Quando se fala em controle de riscos na atividade de inteligência, faz-se necessário ter em mente os conceitos de risco e ameaça. Posto isso, o risco e a ameaça são variáveis com manifesta probabilidade de ocorrência e com potencialidade para causar dano. Ou seja, quanto maior a probabilidade, maior o grau de risco ou de ameaça, que, de qualquer forma, sempre estarão presentes. Todo risco ou toda ameaça possui uma origem e um grau de probabilidade determinados e, por essa razão, devem ser combatidos, reduzindo-se a possibilidade de sua ocorrência.
- 180.** A probabilidade de ocorrência de eventos adversos pode ser expressa por meio de graus de probabilidade, que ajudam a classificar a chance de ocorrência dos eventos analisados. Assim, a probabilidade virtualmente certa nos diz que o evento irá ocorrer, salvo se houver mudanças significativas no sistema.

Questão 1 (Conhecimentos Específicos)

A Lei nº 9.883/1999 define a atividade de inteligência com foco primordial na obtenção, na análise e na disseminação de conhecimentos estratégicos. Para subsidiar o processo decisório com a máxima exatidão, essa produção informacional não ocorre de forma empírica, pois exige a aplicação rigorosa de uma metodologia estruturada em etapas doutrinárias.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Diferencie os procedimentos de coleta e de busca no que tange à etapa de obtenção de insumos operacionais para a atividade de inteligência.
2. Distinga, quanto ao grau de certeza temporal e à complexidade das conclusões, os documentos de inteligência classificados como informe e informação.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 2 (Conhecimentos Específicos)

No município de "Nova Viena", durante o ano de 2025, o adolescente "T" abandonou a escola e passou a viver nas ruas, uma vez que sua convivência com os pais era marcada por negligência e violência doméstica. Sem receber orientações ou amparo educacional, ele ingressou em um grupo delituoso e praticou um assalto a uma loja local. A polícia militar foi acionada e efetuou a captura do ofensor. Durante todo o trâmite do processo criminal, a dona do estabelecimento comercial não recebeu nenhum tipo de assistência material ou psicológica por parte das autoridades públicas. O sistema de justiça concentrou-se exclusivamente em aplicar a lei ao autor do fato, enquanto a ofendida atuou apenas como testemunha, retornando para sua rotina com traumas e prejuízos não reparados.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Explique os mecanismos de controle social, diferenciando as instâncias informais e formais, e relacione-os aos eventos descritos na vida do adolescente.
2. Identifique o período histórico da Vitimologia vivenciado pela ofendida no caso narrado, contrapondo-o à atual fase do redescobrimento da vítima.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Peça Técnica

No ano de 2025, o cidadão Roberto desejava obter celeridade na tramitação de um requerimento administrativo de seu interesse, que se encontrava pendente em uma comissão da Câmara dos Deputados. Para alcançar seu objetivo, Roberto procurou João, um particular que circulava frequentemente pelos corredores do parlamento. João solicitou a Roberto a quantia de R\$ 5.000, alegando que utilizaria seu forte prestígio para influenciar o diretor da comissão a priorizar o documento. João insinuou, ainda, que metade desse valor seria repassada ao próprio diretor para garantir o andamento. Diante da promessa, Roberto efetuou o pagamento.

Meses depois, ao constatar que o requerimento continuava paralisado, Roberto descobriu que o diretor da comissão era totalmente inocente e sequer conhecia João. Inconformado com o prejuízo e movido por raiva, Roberto dirigiu-se ao departamento de polícia legislativa e protocolou uma representação formal contra o diretor da comissão, imputando-lhe falsamente a autoria do crime de corrupção e solicitação de vantagem indevida, sabendo plenamente de sua inocência. Essa representação gerou a imediata instauração de um inquérito policial contra o diretor.

Durante as investigações, a Policial Legislativa Federal Marta, responsável por conduzir diligências essenciais do caso, obteve provas de que Roberto havia mentido. Contudo, por nutrir um forte sentimento de amizade por Roberto desde a infância, Marta retardou indevidamente a entrega de seu relatório oficial, com a exclusiva finalidade de proteger o amigo. Ademais, a testemunha Lucas, ao ser ouvida formalmente no inquérito policial por outro agente, fez afirmações sabidamente falsas sobre os fatos, com a intenção de corroborar a versão de Roberto.

Com base na situação hipotética, redija um PARECER que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Analise o enquadramento jurídico da conduta de João ao solicitar os valores sob a justificativa de atuar junto ao diretor da comissão.
2. Avalie a responsabilidade penal de Roberto ao provocar a abertura de investigação criminal contra o diretor da comissão.
3. Determine a tipificação penal da conduta da Policial Legislativa Marta ao atrasar a entrega do relatório oficial de investigação.
4. Explique a situação jurídica da testemunha Lucas no que tange às declarações prestadas no inquérito policial e a possibilidade de reparação da conduta.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
